

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL**REQUERIMENTO N° , DE 2025**
(Do Sr. Hélio Lopes)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, para debater questões relacionadas à prisão dos envolvidos nos eventos de 8 de janeiro de 2023, com a participação de familiares e advogados dos presos, juristas e representante da Defensoria Pública.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, inciso VIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, com o objetivo de discutir as condições de prisão e a garantia dos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade em decorrência dos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023.

Para tanto, proponho que sejam convidados a participar da audiência:

1. O Defensor Público-Geral Federal, Dr. Leonardo Magalhães, ou representante;
2. Advogados e representantes dos familiares dos presos no contexto da manifestação de 8 de janeiro de 2023;
3. O desembargador aposentado e advogado Dr. Sebastião Coelho;
4. Especialistas e juristas com atuação nas áreas de direitos humanos e sistema prisional;

JUSTIFICATIVA

* C D 2 5 7 5 1 8 2 2 4 1 0 0 *

A manifestação ocorrida em 8 de janeiro de 2023 resultou em um número expressivo de prisões, cujos desdobramentos seguem repercutindo intensamente na sociedade brasileira. Diversos relatos de familiares, defensores públicos e juristas apontam preocupações quanto às condições de custódia, ao devido processo legal e ao respeito aos direitos humanos dos presos.

Compete a esta Comissão zelar pela observância dos direitos e garantias fundamentais, assegurando que as ações do Estado estejam pautadas nos princípios constitucionais e nos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Neste sentido, a realização desta audiência pública se mostra necessária para:

- Ouvir relatos dos familiares sobre as condições de detenção enfrentadas pelos presos;
- Debater a atuação dos órgãos de defesa dos direitos humanos;
- Esclarecer aspectos jurídicos e institucionais dos procedimentos adotados;
- Propor medidas que assegurem o respeito à dignidade da pessoa humana e aos princípios do Estado Democrático de Direito.

Diante da relevância do tema, solicito o apoio dos nobres parlamentares desta Comissão para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 28 de março de 2025.

Deputado Hélio Lopes

PL/RJ

